

FAMÍLIAS E ENVELHECIMENTO: UM ENSAIO TEÓRICO COM BASE NA PERSPECTIVA HISTÓRICA¹

FAMILIES AND AGING: A TEST OF THE THEORETICAL BASED ON THE HISTORICAL PERSPECTIVE

Michelle Cristina Ferreira²

1. RESUMO

As investigações sobre as relações entre família e envelhecimento e os impactos das mesmas nas relações intergeracionais têm crescido nos últimos anos. Entretanto, poucas são as pesquisas que buscam analisar esta relação por meio da abordagem da perspectiva histórica das famílias. Assim, o presente ensaio teórico tem por objetivo discorrer sobre as categorias “famílias” e “envelhecimento” sobre a perspectiva histórica. O estudo descreve os conceitos tendo como base a revisão bibliográfica, a fim de compreender como estas relações se deram ao longo da história. Espera-se que o tema amplie o foco de análise da relação entre família e envelhecimento e auxilie novas pesquisas.

Palavras-chave: Família, Envelhecimento, Perspectiva Histórica.

2. ABSTRACT

Research on the relationship between family and aging and the impact of same on intergenerational relations have grown in recent years. There are several approaches and theoretical perspectives that attempt to explain the emotional and social relationship between these two areas and that focus on the mutually beneficial or harmful effects that family and aging can have on one another. However, there are few studies that seek to analyze this relationship by addressing the historical perspective of the families.

¹ Artigo proveniente de um estudo realizado na disciplina ECD 720 – Família, Perspectivas Interdisciplinares do mestrado em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil.

² Mestranda em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa; Especialista em Gestão de Pessoas e Finanças pelo Centro de Ensino Superior de São Gotardo e Bacharela em Administração pela Universidade Federal de Viçosa - Campus de Rio Paranaíba, Rio Paranaíba, MG, Brasil. E-mail: michellecfadm@gmail.com

Thus, this theoretical essay aims to discuss the categories "families" and "aging" of the historical perspective. The study describes the concepts based on the literature review in order to understand how these relations have throughout history. It is expected that the subject expand the focus of analysis of the relationship between family and aging and assist new research.

Keywords: Family. Aging. Historical Perspective.

3. INTRODUÇÃO

Este ensaio tem como objetivo geral discorrer sobre as categorias famílias e envelhecimento sobre a perspectiva histórica, buscando compreender a evolução destes aspectos ao longo da história, tendo como base, sua representação social. Visto que, o cenário indica o crescimento populacional de idosos e, junto a isto, a necessidade de pesquisas que venham compreender e estudar seu comportamento, suas representações, tais como, compreender suas relações afetivas e familiares.

Entretanto, evidencia-se que a história não é linear (GIRALDI, WAIDEMAN, 2007; MALUF, 2010), logo, é preciso analisar o processo de envelhecimento e as relações familiares com base na sua própria origem, considerando que, a mesma foi vista de diversas maneiras de acordo com os divergentes momentos na história (TURKENICZ, 2012).

Assim, segundo seus ditames, estudos que envolvem aspectos relacionados a família e envelhecimento devem iniciar-se pelo entendimento de noções de caráter histórico, social e cultural no qual ambos em questão se encontram inseridos, pois desde o início dos tempos, a face da família mudou, avançando e retrocedendo, conservando-se e alternando-se, reinventando-se (TURKENICZ, 2012; MALUF, 2010; ZAMBERLAM, 2001).

Saluda-se que neste ensaio não se teve a preocupação em retratar a evolução dos aspectos relacionados à famílias e envelhecimento, tendo como parâmetro as legislações vigentes e sim, compreender as representações sociais dos mesmos na sociedade ao longo da história, trazendo para a contemporaneidade (MALUF, 2010; OLIVEIRA, 2009).

Para melhor compreensão, este estudo foi estruturado em três seções, além das referências bibliográficas utilizadas. Inicialmente, foi feita uma breve introdução apresentando o objetivo e sua justificativa. Em seguida, está o desenvolvimento, realizado por meio de fundamentação teórica, retratando a visão de diferentes autores sobre assuntos relacionados à temática proposta. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

4. DESENVOLVIMENTO

Nesta seção são apresentados os elementos conceituais que dão fundamentação teórica a investigação proposta, logo, dizem respeito, a saber: breve considerações a aspectos sócio-históricos relacionados a famílias; em seguida, considerações sobre o envelhecimento e sua construção história e aspectos referentes a relação famílias e envelhecimento.

4.1 Famílias: aspectos sócio-históricos

Apesar de sempre existirem aspectos relacionados a família, só foi a partir da segunda guerra mundial que começaram a ser desenvolvidos pesquisas relacionadas à temática. Dir-se-ia que um conjunto de estudiosos de diferentes especialidades do saber — antropologia social, sociologia, psicologia, filosofia do direito, etc. — encontraram na realidade familiar um campo novo aberto às suas investigações. E com efeito, assim sucede. Desta forma, salienta-se que para compreender este campo de estudo embrionário, primeiramente é preciso compreender suas origens e sua história (MALUF, 2010; OLIVEIRA, 2009).

Ao referir sobre a história da família, faz-se necessário evidenciar que a história não é linear. Desta forma, salienta-se que a instituição familiar não se limita ao modelo nuclear, não sendo, assim, inquestionável e estática, pois está sempre em constantes modificações (GIRALDI; WAIDEMAN, 2007). Logo, ao aduzirmos sobre esta instituição, salienta-se que não se trata de uma referência sobre família e sim famílias, pois esta, se modifica conforme sua cultura e história, podendo, inclusive, existir

diversas formas de família dentro de um mesmo período histórico, em culturas divergentes (GIRALDI; WAIDEMAN, 2007).

Na visão de Goode,

[...] alguns sistemas de família podem modificar-se facilmente; outros, podem resistir. Certos traços persistem ao passo que outros se enfraquecem rapidamente. Os elementos que se modificam em primeiro lugar, num sistema de família, podem, noutro manter-se firmes. Além disso, quando contemplamos sob a superfície, podemos descobrir que, embora velhas formas estejam desmoronando-se, outras, novas, estão emergindo e poderiam, em alguns casos, ser tão estáveis quanto, outrora, foram as antigas (GOODE, 1969, p. 36-37).

Neste sentido, referindo-se aos escritos de Durkheim (1975d, citado por SOUTO-MAIOR, 1998), nenhum modelo de família não pode ser considerado como mais ou menos perfeito, sendo assim, todos os tipos familiares, dentre eles, doméstico, patriarcal paternal se reencontram nos modelos de família contemporânea ou conjugal.

Desta forma, reitera a relevância deste ensaio, visto que, na sociedade atual a família é considerada o habitat natural do indivíduo e representa a forma pela qual este se relaciona com o meio em que está inserido (MALUF, 2010). Compreende-se como um grupo social no qual se descobre um laço coesivo entre seus componentes, uma consciência da unidade (OLIVEIRA, 2009).

Contudo, conforme Ariés (1981) o sentimento de família surgiu a partir do século XV, uma vez que, até o século XIV todas as imagens relacionavam-se ao tema dos ofícios. Nas sociedades primitivas, os primeiros grupos sociais que existiram não instituíram efetivamente a família tendo como padrões, os sentimentos, provavelmente eram estabelecidas no instituto sexual, não importando se esta união fosse duradoura ou passageira, poligâmica ou monogâmica, polígínico ou poliândrico (OLIVEIRA, 2009).

No culto religioso, a família na sociedade primitiva concentrava-se seu principal elemento construtivo. As primeiras religiões na sociedade primitiva se deram por meio ao culto aos mortos, que se tornaram sagrados. Assim, o pai era o sacerdote e a família era a congregação, tendo que a religião não teria criado a família, mas a adotou com suas regras (MALUF, 2010).

Logo, por não originar na afetividade e nem na geração, a mulher perdia o *status familiae* com o casamento, passando a pertencer à religião e conseqüentemente à família de seu marido. Dessa maneira, dispôs-se que a gênese da família se encontrava na autoridade parental e na marital, unidas à força suprema da crença religiosa. Sendo, na

concepção antiga, a sua formação mais uma associação religiosa do que uma formação natural. Desse aspecto, decorre a importância suprema do casamento religioso, primeira instituição estabelecida pela religião doméstica (MALUF, 2010; TURKENICZ, 2012).

Comumente relacionado as famílias na sociedade primitiva, os povos primitivos viviam em guerra e morte por recursos. Além disso, os primeiros sistemas de parentesco teriam se baseado nas relações consanguíneas via mulheres. A posse de propriedade tornou-se uma questão essencial, pois os homens desejariam deixar as propriedades para os filhos e os laços entre homens tornaram-se mais importantes do que os traçados pelas mulheres. O sistema de parentesco por meio das mulheres desapareceu sob influência da propriedade (TURKENICZ, 2012).

No que tange aos aspectos relacionados a família na sociedade romana, Maluf (2010) destaca que esta vivenciou diversas realidades. Na época clássica, a estrutura tipicamente apresentada era a patriarcal, detendo o *pater familiae* o controle total da entidade familiar enquanto vivesse.

Oliveira (2009) a partir de reflexões de Funari (1993) destacam que para os romanos, a família consistia a base social da sua organização, sendo assim, na terminologia família, estava inserida não só o pai, a mãe e os filhos, mas também, os escravos e animais de sua propriedade. Os pais detinham poder total de decisão sobre o que lhe era de sua propriedade, inclusive em decidir sobre o destino das mulheres e das crianças, que eram consideradas objetos de sua propriedade, assim como os animais, os escravos e as plantações (VIEIRA, 2005).

Comumente relacionado, Turkenicz (2012) discorre para duas espécies de parentesco no âmbito jurídico existentes durante longo período de tempo em Roma. O *agnaticio*, que está relacionado a transmissão apenas pelos homens e o *cognaticio* que se propaga pelo sangue, por tanto, masculino e feminino. Maluf (2010) destaca que somente com a presença do jurista Justiano, que se passou a ter só o aspecto *cognaticio*. A fonte fundadora da família, era o casamento, onde acontecia a transferência da mulher para o *domus* do marido. Este representava para a mulher a passagem de sua vida do controle paterno para o do marido (MALUF, 2010).

Já na Idade Média, a organização da família sofreu três marcantes influências, a saber: a do Direito Romano, a do Direito Canônico e a do Direito Bárbaro. Além domais ressalta-se a influência da Igreja, determinando as bases existentes dos fiéis,

legislando sobre a família e o matrimônio, ao qual reformulou totalmente as bases, instituindo-o como um sacramento (MALUF, 2010).

Em síntese, não é mais a existência do pater que origina a família na Idade Média e sim, o casamento, definido como um contrato onde as pessoas de dois sexos inserem-se na gênese de uma nova família. Neste contexto, evidencia-se que aos poucos a família romana e a família medieval se unem na noção de vida conjugal (ZAMBERLAM, 2001).

Com bases nas premissas até então apresentadas, salienta-se a importância de reflexões acerca da construção da organização familiar, e o motivo inicial da relevância de se inferir que ao tratar desta temática, refere-se aos estudos de “famílias”, que não é linear, ao passo que esta, se modifica conforme sua cultura e história (OLIVEIRA, 2009).

[...] é de acordo com o contexto social, em cada sociedade e em cada época histórica, que a vida passa a assumir determinadas formas específicas, evidenciando que a família não é instituição natural, mas reforçando a compreensão de que ela é socialmente construída de acordo com as normas históricas e culturais (OLIVEIRA, 2009, p. 54).

Somente por meio da valorização das ideias preconizadas em cada período histórico da existência humana, bem como das necessidades econômicas que se impõem, pode-se definir o que de fato se entende por família em cada momento de sua evolução (MALUF, 2010).

Desta maneira, saluda-se dois períodos importantes da história na família, a saber: o período da modernidade e da pós-modernidade. A modernidade originou-se pela consciência nova, introduzida por meio da Revolução Francesa em 1789, tendo sua forma de sociedade moderna marcada pela Revolução Industrial no final do século XVIII. Já a pós-modernidade, teve seus princípios da ruptura com a era moderna no último quartel do século XIX (OLIVEIRA, 2009).

Enquanto o período da modernidade era marcado pela crise e permanente renovação e possuía como características a razão e progresso, a pós-modernidade é apontada pelo aspecto sentimental e romântico (MALUF, 2010). A partir do século XIX a família começou a voltar-se à afeição, deixando de ser uma instituição voltada a manter os bens e a honra (PEIXOTO, 1998).

A família da pós-modernidade é caracterizada pelo afeto entre seus membros. A partir desse momento a família se abre para configurar-se no mundo como uma forma de abrigo, um pouco de calor humano, um lar onde entre seus membros se pratique a solidariedade e a fraternidade (TURKENICZ, 2012).

Já na era contemporânea, à família, passa por meio da mudança dos comportamentos, seus valores modificam, suplantando a sua gênese a estar mais fincada na valorização da dignidade da pessoa humana e no afeto, observadas as peculiaridades que envolvem o ser individualmente considerado (MALUF, 2010).

São introduzidos transformadores elementos, tais como, o empoderamento econômico feminino, a emancipação e igualdade dos filhos, o divórcio, o controle da taxa de natalidade. A reprodução assistida, a afetividade, a reciprocidade alimentar, a autenticidade, dentre outros elementos que, assim, altera-se, cotidianamente a família e as relações familiares (ZAMBERLAM, 2001).

Apesar, da era contemporânea, o afeto ser uma das principais características acerca da família, saluda-se que estas relações afetivas não devem ser consideradas como sinônimo de só relações positivas, desta forma, estão inseridas também, neste afeto, as relações negativas envolvidas nesta instituição, visto que, a família é uma realidade social (MALUF, 2010).

Logo, ao serem analisadas as famílias por meio da perspectiva histórica evidencia-se que é a “atualidade que ordena e faz a história falar. Descobre-se o fenômeno atual onde ele, sem existir ainda, de alguma maneira já estaria presente” (TURKENICZ, 2013, p. 01).

A vida familiar é um artefato social. As imagens correntes do âmbito da vida pessoal e íntima como o espaço da autenticidade podem levar, erroneamente, ao entendimento de que trata-se de uma esfera separada e protegida das instituições e dos seus efeitos, das relações de poder e do modo como constituem as vidas dos indivíduos. O doméstico e o familiar são definidos historicamente e são naturalizados e normalizados por dinâmicas sociais e políticas complexas. Variam em diferentes sociedades, ao longo do tempo, mas também em um mesmo momento histórico (TURKENICZ, 2013, p. 01).

Desta forma, salienta-se que são encontradas, presentes no século XXI, estruturas familiares deixadas pelas suas origens. Por exemplo, da família romana, tem a autoridade do chefe da família, onde a submissão da esposa e dos filhos ao pai confere ao homem este papel de autoridade. Da família medieval perpetua-se o caráter

sacramental do casamento originado no século XVI. Da cultura portuguesa, tem-se a solidariedade, o sentimento de sensível ligação afetiva, abnegação e desprendimento (RIGONATTI, 2003).

4.2. Envelhecimento humano e relações familiares

4.2.1 Aspectos sócio históricos do Envelhecimento Humano

O significado do envelhecimento está relacionado ao contexto social e cultural, ou seja, cada sociedade, atribui valores e interesses diferentes à pessoa do idoso (SANTIN, BOROWSTI, 2008). O envelhecimento é compreendido como o processo natural da vida, as pessoas envelhecem a partir do momento em que nascem (ZAMBERLAM, 2001).

Vários são os termos utilizados para caracterizar esta etapa da vida, como por exemplo, os termos velhice e idoso, que são utilizados para especificar o indivíduo que possui uma determinada faixa etária e é estabelecida conforme o nível socioeconômico de cada nação (SANTIN, BOROWSTI, 2008). De acordo com a Organização Mundial da Saúde – OMS (2002), em países em desenvolvimento, é considerado idoso o indivíduo que possui 60 ou mais anos de idade; e se tratando de países desenvolvidos, essa, se estende para 65 anos. Este conceito passou a existir a partir do século XVII, com a inauguração da ciência do evolucionismo (VIEIRA, 2003).

Todavia, do ponto de vista biológico, não se pode afirmar que o envelhecimento se inicia quando um indivíduo completa 60 ou 65 anos, pois diversos especialistas reconhecem que o mesmo depende de fatores hereditários, do ambiente, da dieta alimentar, do estilo de vida, da cultura e aspectos sociais (ZAMBERLAM, 2001).

Desta forma, o processo de envelhecimento deve ser compreendido como o último ciclo da vida, que é individual, e que pode vir acompanhado de perdas psicomotoras, sociais, culturais, que deve ser considerado como uma construção social e cultural (VIEIRA, 2003).

As diferenças encontradas no processo de envelhecimento se devem a forma como cada indivíduo organizou seu curso de vida, dependendo das circunstâncias históricas, culturais e sociais que estiveram presentes durante sua trajetória, das diferenças genéticas de cada indivíduo, das interações entre fatores genéticos e ambientais, da incidência de diferentes patologias durante o desenvolvimento normal, dos hábitos adquiridos durante a vida, da

estimulação mental recebida, das formas como a pessoa lida com fatores estressores da vida, do apoio psicológico que recebe de outras pessoas e agências em situações difíceis, da atitude positiva ou negativa perante a vida, entre outros fatores que podem minimizar ou maximizar a qualidade de vida de um idoso (NERI, 1995; ZIMERMAN, 2000 *apud* VIEIRA, 2003, p. 03).

Assim, “não se pode compreender a realidade e o significado da velhice sem que se examine o lugar, a posição destinada aos velhos e que representação se faz deles em diferentes tempos e em diferentes lugares” (PALMA; SCHONS, 2000, p. 50).

A velhice individual sempre existiu na humanidade, o que mudou, foi o limite que se chega até este (TURKENICZ, 2012). Desde os primórdios, sempre existiu, alguns indivíduos com mais idade que, conforme a vigente cultura, eram eliminados ou exaltados. Na Antiga Romana, era comum um indivíduo vir a óbito quando atingiam trinta anos de idade. No que tange aos períodos Antigo e Medieval, a expectativa de vida era similar à do homem de Neanderthal. Já na Idade Moderna, a expectativa de vida alcançou a faixa etária de 37 anos (PALMA; SCHONS, 2000).

Ao se tratar sobre os aspectos sociais da velhice, evidencia-se que na idade primitiva, em um primeiro momento, os indivíduos com mais idade, que não conseguiam acompanhar o modo de vida do grupo, eram abandonados até virem a óbito. Já no que tange a Roma antiga, na época do pater famílias, o velho assumia um papel essencial na sociedade, o de juiz dos destinos de seus familiares, ou seja, era venerado e poderoso por possuir propriedades rurais, autoridade sobre seus herdeiros e, muitas vezes, deter o poder social e econômico (MACHADO, 2007).

Sobre o poder da velhice, esta, era vinculada à propriedade, visto que o mantinha como pessoa de respeito, desta forma, não eram notadas, as suas peculiaridades como ser humano. Se tal condição não repousasse na força, a pessoa do velho não teria o mesmo respeito. Nesse caso, aquele que não possuía bens patrimoniais não obtinha reconhecimento social (MACHADO, 2007).

Maluf (2010), a partir das reflexões de Duby (1990), retrata que a partir do século XIV, o velho deixa de ser unicamente a fonte de contato com os costumes ancestrais. O idoso no século XV, teve um lugar de destaque e poder, visto que a cólera e a peste levaram milhares de pessoas a morte, fortalecendo o papel das pessoas de mais idade, entretanto, também neste século ocorre um aumento de conflito relacionado a Intergeracionalidade (SANTIN, BOROWSTI, 2008).

Já os velhos dos séculos XVI e XVII, geralmente mantinham uma vida de estudo e recolhimento (ARIÉS, 1981). Caracterizado por violência e ataque contra velhice, apesar da vida de estudo, o século XVI teve como consequência a adoração e culto da beleza e juventude (MACHADO, 2007). O pensamento científico que caracterizou os séculos XVI e XVII introduziu novas formas de pensar que enfatizavam a observação, experimentação e verificação, podendo-se então, descobrir as causas da velhice mediante um estudo sintomático (MALUF, 2010).

Nos séculos XVIII e XIX, o idoso era considerado o condutor atuante da família, administrador do recursos e bens disponíveis (MALUF, 2010). As transformações que ocorreram na Europa nos séculos XVIII e XIX refletiram em uma mudança na população velha. O número de pessoas em idade avançada aumentou e os avanços da ciência permitiram descartar aspectos relacionados a velhice, entretanto, a situação dos mesmos não melhorou. O surgimento da Revolução Industrial e do urbanismo foram derradeiros para as pessoas consideradas até então velhas, que, sem poder trabalharem, foram reduzidos à miséria (PEIXOTO, 1998).

A partir de então, começa a instalar-se os aspectos negativos novamente da velhice, pois os bens materiais passam a ser mais importantes que a valorização da pessoa humana (PALMA; SCHONS, 2000). Outro aspecto da velhice no século XIX estava relacionada a discriminação das pessoas com mais idade consideradas pobres, conforme descrito por Beauvoir (1990, p. 263 *apud* SANTIN; BOROWSTI, 2008).

Nas sociedades mais conservadoras, os homens idosos mantiveram lugares importantes e ativos, muitos integrando o poder do país. Entretanto, as classes dominantes não empreendiam muitos esforços para ajudar os idosos pobres, cujo destino dependia, geralmente, da solidariedade da família, porém na maioria das vezes acabavam abandonados, eram expulsos, ou asilados (BEAUVOIR, 1990, p. 263 *apud* SANTIN; BOROWSTI, 2008).

No final do século XIX os avanços da medicina propiciaram a divisão de velhice e enfermidade e no século XX surgem a gerontologia e a geriatria (SANTIN; BOROWSTI, 2008; PALMA; SCHONS, 2000), entretanto, no início do século XX já se constatavam a negação desta etapa da vida e a exclusão de quem a alcançava. Vieira (2003), destaca que nesta época, a velhice era exposta de maneira inapropriada e que embora, as áreas geriátricas e gerontologia tenham se multiplicado, não havia uma preocupação da sociedade com seus membros velhos (SANTIN, BOROWSTI, 2008).

No Brasil, até o início do século XX a velhice foi tratada como uma questão privada, de responsabilidade da família ou de entidades filantrópicas e religiosas. A Constituição de 1934 foi pioneira em reconhecer a especificidade da pessoa idosa, sob a forma de direitos trabalhistas e previdenciários. Já no século XXI, ela representa uma das maiores conquistas do século, devido a taxa de mortalidade e aumento da expectativa de vida, além, do avanço da medicina e a criação de programas sociais que atendam a população de idosos (VIEIRA, 2003).

4.3 Relações Familiares e Envelhecimento na contemporaneidade

Apesar do envelhecimento populacional representar uma das maiores conquistas no presente século, devido ao aumento da longevidade, muitas sociedades ainda valorizam a capacidade de força de trabalho, a competitividade, a autonomia e a independência, que nem sempre são encontradas na velhice, devido às perdas e limitações decorrentes dessa fase. Por isso, muitas vezes o idoso é desvalorizado, sendo sua condição relacionada às perdas, às incapacidades e às doenças da velhice (BIANCO, 2003).

E isso é preocupante, pois o grupo de indivíduos com mais de 60 anos foi o que mais cresceu em termos proporcionais, enquanto a população jovem encontra-se em um processo de desaceleração de crescimento. Em 2050, se estima que o total de pessoas idosas no mundo seja em torno de 2 bilhões, um aumento referente ao ano de 2000, de 350%. Já no Brasil, este grupo representará aproximadamente 60 milhões de cidadãos, cerca de quatro vezes mais a estimativa do ano de 2013, que girava em torno de 14,7 milhões de pessoas idosas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2013).

Autores como Silva e Mafra (2014), Brito (2008) e Carvalho e Garcia (2003), destacam que estas mudanças sociodemográficas são atribuídas a diversos fatores, dentre estes, a redução das taxas de fecundidade e mortalidade no país. Entretanto, um problema associado a esse crescimento vertiginoso dos idosos está relacionado aos aspectos de ordem social, pois apesar do país estar se tornando um país de velhos, ele não está preparado para lidar com eles. O que de fato é preocupante, visto que, muitos

fatores culturais e sociais são marcados pelo papel desempenhado pela sociedade e pela família na vida destes idosos (JEDE; SPULDARO, 2009).

Além do mais, no decorrer dos anos, se observa modificações na estrutura familiar, que variam de uma cultura para outra (FRAGA et al., 2011). Desde a década de 1980, no Brasil, se assiste uma redução do tamanho das famílias e uma diversidade dos arranjos familiares. Os arranjos que mais evoluíram a partir de 1990, foram os de adultos vivendo sozinho e famílias monoparentais. Além disto, vivencia-se uma elevação da complexidade da vida familiar, oriunda do aumento no número de famílias reedificadas, em decorrência da elevação das taxas de divórcio, separação e recasamentos (KALACHE, 2008).

Evidenciou-se, na última metade do século XX, um aumento de adultos solteiros, aumento da participação feminina no mercado de trabalho, adiamento ativo do casamento, diminuição da taxa de natalidade, aumento de separações e divórcio, e, ascendência de famílias monoparentais. Dentre as explicações mais claras para as mudanças nas estruturas familiares, destaca-se a presença marcante das mulheres nos espaços públicos, acompanhada do aumento das taxas de educação; diminuição da taxa de fecundidade; elevação na expectativa de vida (CAMARANO, 2011).

No que se refere à crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, esta, é uma das explicações mais evidentes das reorganizações da estrutura das famílias brasileiras, visto que a partir deste ingresso, as unidades domésticas começam a vivenciar a necessidade de reformular os papéis dos membros familiares desencadeando pontos positivos e negativos, relacionados aos ambientes públicos e particulares (KALACHE, 2008; CAPPELLE et al. 2006).

Nessa acepção, diversas mudanças sociais, afetam a configuração da estrutura da família (CAMARANO, 2011). A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2015) revelou que casais que possuem filhos já representam menos da metade do total de famílias. Entre o período de 2004 e 2014, ocorreu uma redução de 51% na proporção de arranjos familiares constituídos por casal com filhos. Notou-se, também, que o número médio de moradores por domicílio, caiu 13,2%, entre o período de 2000 e 2010.

Essas mudanças, na redução do tamanho médio das famílias estão diretamente relacionadas ao resultado da queda de fecundidade. Além da diminuição da queda de

fecundidade, se destaca o aumento do número de casamentos entre divorciados. Desprende-se também, a diminuição do número de casamentos formais (civil e religioso). Além disso, conforme dados divulgados pelo IBGE (2013), o percentual de idosos que moram sozinhos, triplicou entre o período de 1992 e 2012, passando de 1,1 milhão para 3,7 milhões, um aumento aproximado de 215%. Entre as hipóteses desta mudança significativa, destaca-se, a feminização da velhice e também, a existência de uma maior fragmentação e dispersão das famílias, com filhos residindo em outras cidades, que não são as dos pais (IBGE, 2015). Dentre os idosos que moram sozinhos, 65% são mulheres (IBGE, 2015).

No Brasil, as mulheres idosas estão apresentando maior esperança de vida, devido à ação de três aspectos: maior acessibilidade aos serviços de saúde, avanços tecnológicos da medicina e ampliação da cobertura da previdência (CAMARANO, 2002). Destaca-se que existe um predomínio maior da mortalidade masculina, resultando na maior expressividade de mulheres idosas viúvas. Neste sentido, as mulheres idosas em geral, apresentam, uma maior tendência a viverem sozinhas (SALGADO, 2002).

As idosas também enfrentam outras realidades advindas do processo de envelhecimento, dentre elas, às alterações fisiológicas, aposentadoria, transtornos emocionais, entre outros fatores que influenciam o cotidiano, no âmbito pessoal e/ou familiar (CAMARANO, 2011). Desprende-se para o afastamento dos filhos e netos, perda de redes sociais, diminuição de recursos econômicos, além de sentimentos de inutilidade (NERI, 2001).

Associado a estes fatores, em especial, à solidão e afastamento dos familiares, saluda-se a importância das relações sociais e familiares para a qualidade de vida saudável (AREOSA; BENITEZ; WICHMANN, 2012). Estas mudanças estruturais da família, oriundas não só do desmembramento familiar, da concentração demográfica nos grandes centros, mas também às exigências do mercado de trabalho e da inserção das mulheres em esferas públicas, fazem com que as pessoas retardem o plano de constituírem uma família (KALACHE, 2008). Desta forma, assiste-se, uma reorganização da sociedade, dentre elas, do afeto e cuidado relacionado ao idoso (JEDE; SPULDARO, 2009). Ainda que, a expectativa de atenção e cuidados relacionados aos

idosos seja, tradicionalmente, da família, as novas configurações da estrutura familiar, diminuem o tempo para os relacionamentos intergeracionais (NERI, 2001).

Compreende-se, desta forma, que as relações familiares exercem uma influência significativa sobre a qualidade de vida na velhice (JEDE; SPULDARO, 2009). Assim, as reflexões feitas pelos familiares nas diversas situações que envolvem a pessoa nesta etapa da vida são influenciadas fortemente pelas prioridades, crenças e valores que possuem, pelo relacionamento que mantem com estas pessoas e pelas representações sociais e afetivas (OLIVEIRA, 2015).

Por sua vez, a relação de afeto existente entre os membros de uma família é um dos principais fatores que favorecem a qualidade de vida, o equilíbrio e o bem-estar das pessoas na terceira idade. Desta forma, os sentimentos construídos nos relacionamentos familiares ao longo do tempo em relação a pessoa na terceira idade, sejam eles positivos ou negativos, irão repercutir no apoio familiar dado a ele e na convivência social (ASSIS, 1998).

Todavia, infelizmente em muitos casos, a pessoa idosa ainda é considerada, como um empecilho que não tem mais utilidade, um ônus financeiro, um peso a ser carregado, que atrapalha o desenvolvimento das atividades consideradas “normais” de uma família, como exemplo: viagens, entretenimento, programas de finais de semanas, festas, dentre outros (OLIVEIRA, 2015). Apesar desta situação, sabe-se que uma significativa parcela de idosos consegue se manter financeiramente, e em muitos momentos, ainda consegue amparar o sustento da família (OLIVEIRA; SILVA; TEIXEIRA, 2013).

Neste sentido, Assis (1998) aponta que as pessoas possuem medo, tristeza e até mesmo preocupação no avançar da idade. Sentimentos negativos, como solidão e abandono são comuns nas pessoas na terceira idade, que sentem suas relações sociais enfraquecidas nesta etapa da vida. O autor ainda salienta, que a amizade e a vida social nesta etapa da vida proporcionam melhor qualidade de vida, visto que estes são capazes de evitarem sentimentos ruins e até mesmo a depressão.

Assim, prevalece a importância das relações familiares e sociais na velhice, até mesmo quando este mora sozinho e da sua contribuição para melhoria da qualidade de vida. O declínio da saúde na velhice também está associado aos tipos de relações que os

indivíduos com mais idade possuem com os filhos, netos, amigos e até mesmo inquilinos (ERBOLATO, 2001).

Desta forma, é preciso desmistificar alguns aspectos referentes ao envelhecimento, tais como, a ideia de que com o avançar da idade, as pessoas diminuem suas redes de relações sociais, inclusive, suas relações familiares tornando-se menos satisfeitos com a vida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio teórico procurou contribuir para o estudo relacionado às temáticas famílias e envelhecimento, por meio de uma abordagem histórica. Para tanto, buscou-se compreender os principais aspectos sociais relacionadas a famílias durante a história, em seguida, compreender o papel desempenhado pelo velho no contexto histórico, tendo como parâmetro seu papel dentro da família e socialmente. Finalmente, trouxe uma reflexão acerca do envelhecimento e das relações familiares no presente século e quais desafios para que esta relação seja mais harmoniosa.

A abordagem do tema numa perspectiva histórica é uma forma de trazer novos aportes, a partir da reflexão que a história não é linear. Desta forma, espera-se contribuir com pesquisas futuras relacionadas a esta temática, tais como, evidenciar que nenhum estudo pode iniciar-se sem compreender suas origens, sua situação histórica e cultural. Para pesquisas futuras, sugere-se pesquisas relacionadas à temática e trabalhos que analisam em profundidade alguns pontos que não puderam ser respondidos com a utilização da pesquisa bibliográfica, dentre elas: qual fator decisivo para que um idoso opte por residir só e como este fator influencia seus relacionamentos familiares, sociais e sua qualidade de vida?

6. REFERÊNCIAS

AREOSA, S. V. C, BENITEZ, L. B, WICHMANN, F. M. A. Family relationship and social interaction among elderly. **Textos & Contextos**. 2012. Apr 10;11'11:184-92. Available from: Available from: Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/10495/8059> Portuguese>. Acesso 02. Abr. 2016.

ARIÉS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2ª edição, Rio de Janeiro, 1981. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/347615/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria%20social%20da%20crian%C3%A7a%20e%20da%20fam%C3%ADlia%2C%20Aries.pdf>. Acesso 02. Abr. 2016.

ASSIS, M. **O envelhecimento e suas consequências**. In: CALDAS, P. C. (organizador) *A saúde do idoso: A arte de cuidar*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998, p. 37-38.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves et al., *A Produção Científica sobre Gênero na Administração: Uma Meta-Análise*. **REAd - Revista Eletrônica de Administração**, vol. 13, núm. 3, septiembre-diciembre, 2006, pp. 502-528 Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=401137458002>>. Acesso em 05 nov. 2015.

CAMARANO, A. A. **Envelhecimento da população brasileira: continuação de uma tendência**. 2011. Disponível em: <<http://www.coletiva.org/site/index.phpopt>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

CAMARANO, A. A.; GHAOURI, S. K. *Famílias com Idosos: ninhos vazios?*. In: **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil, Anais... de 4 a 8 de novembro de 2002.

ERBOLATO, R. M. P. L. **Contatos sociais: relação de amizade em três momentos da vida adulta**. Tese (Doutorado em Psicologia). Campinas, SP: Centro de Ciências da Vida:PUCCAMP, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000105&pid=S1413-7372201000040001000011&lng=pt>. Acesso: 06 abr. 2016.

FUNARI, P. P. A. **Roma: Vida Pública e Vida Privada**, São Paulo: Atual, 1993.

GIRALDI, J.; WAIDEMAN, M. C. **Família ou Famílias – Construção Histórica e Social do conceito de Família**. III Congresso Internacional de Psicologia e IX Semana de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá (UEM) Maringá: PR, 2007.

GOODE, W. J. **Revolução mundial e padrões de família**. São Paulo: Edusp, 1969.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios –PNAD.2015**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40>. Acesso:16 abr. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA - IBOPE (2015). **Mais internautas em casa**. Recuperado em 25 de abril, 2012. Disponível em <<http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=5&proj=PortalIBOPE&pub=T&db=caldb&comp=NotEDcias&docid=C2A2CAE41B62E75E83257907000EC04F>>. Acesso em: 18 abr 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD**. 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40>. Acesso em: 18 abr. 2016.

_____. **A evolução da esperança de vida no Brasil na última década do século XX: os ganhos e os diferenciais por sexo**. 2002. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tabuadevida/evolucao_da_mortalidade.shtm>. Acesso em: 05 ago. 2016

_____. **Boletim da Pesquisa por Amostra de Domicílios –PAD**. 2014. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=250750>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

_____. **Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2013**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2013/>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

JEDE, M.; SPULDARO, M. Cuidado do idoso dependente no contexto familiar: uma revisão de literatura. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, [s.l.], v. 6, n. 3, p.413-421, 2009. UPF Editora. DOI: 10.5335/rbceh.2009.040. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rbceh/article/view/375>>. Acesso: 05 abr. 2016.

KALACHE, A. O mundo envelhece: é imperativo criar um pacto de solidariedade social. **Revista Ciência Saúde Coletiva**, v. 13, n. 4, 2008.

MALUF, A. C. de R. F. D. **Novas modalidades de Família na Pós-Modernidade**. E. Atlas, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-31012011-154418/pt-br.php>>. Acesso 01. Abr. 2016

MACHADO, J. L. A. **A Vida em Família na Antiguidade Clássica. Campos do Jordão**: Editor do Portal Planeta Educação, 2007. Disponível em: <<http://www.portalplanetaeducacao.com.br> >, acesso em 30.mar. 2016.

NERI, A.L. (2001). O fruto das sementes: processos de amadurecimento e envelhecimento. In: Neri, A.L. (Org.). (2001). **Desenvolvimento e envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociais**: 11-54. (3ª ed.). Campinas (SP): Papyrus.

OLIVEIRA, D. A terceira idade e os relacionamentos líquidos nas redes sociais. **Revista Eletrônica da Pós-graduação da Casper Líbero**, São Paulo, v. 7, n. 1, p.01-15, jan. 2015. Disponível em: <<http://casperlibero.edu.br/terceira-idade-e-os-relacionamentos-liquidos-nas-redes-sociais/>>. Acesso em: 08 abr. 2016.

OLIVEIRA, NHD. **Recomeçar: família, filhos e desafios** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 236 p. ISBN 978-85-7983-036-5.

OLIVEIRA, D. A terceira idade e os relacionamentos líquidos nas redes sociais. **Revista Eletrônica da Pós-graduação da Casper Líbero**, São Paulo, v. 7, n. 1, p.01-15, jan. 2015. Disponível em: <<http://casperlibero.edu.br/terceira-idade-e-os-relacionamentosliquidos-nas-redes-sociais/>>. Acesso em: 08 ago. 2014.

OLIVEIRA, M. D. B.; SILVA, N. M.; T., K. M. D. Transferências financeiras: os idosos como suporte econômico familiar. **VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho: III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia**, Viçosa, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.ded.ufv.br/workshop/docs/anais/2013/Márcia Botelho de Oliveira -Temática Envelhecimento.p df.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

PALMA, L. T. S.; SCHONS, C. R. (Org.). **Conversando com Nara Costa Rodrigues: sobre gerontologia social**. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2000.

PEIXOTO, C. **Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho velhote, idoso terceira idade**. Em: Barros, M. L. de (org.), *Velhice ou Terceira Idade?* (p.15-17). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RAMOS, V. **Corpo e movimento no envelhecimento**. Dissertação de mestrado em Gerontologia. Pontífice Universidade Católica de São Paulo, 2000.

RIGONATTI, S. P. et al. **Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica**. São Paulo: Vetor Editora Psico-Pedagógica, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbp/v25n3/a15v25n3.pdf>>. Acesso em 04 abril. 2016

SALGADO, C. D. S. Mulher idosa: a feminização da velhice. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, v. 4, p. 7-19, 2002.

SANTIN, J. R., BOROWSKI, M. Z. **A dignidade da pessoa humana e os direitos sociais do idoso no Brasil**. In: SANTIN, Janaína Rigo; Passo Fundo, 2008. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rbceh/article/viewFile/261/196>>. Acesso em 04. Abr. 2016.

SIMÕES, R. **Corporeidade e terceira idade: a marginalização do corpo idoso**. 2^a edição. Piracicaba: Unimep, 1994.

SOUTO-MAIOR, H. P. Durkheim e a família: da “introdução à sociologia da família” à “família conjugal”. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS**, 22, 1998. Anais... Caxambu, 1998.

TURKENICZ, Abraham. **Organizações familiares: contextualização histórica da família ocidental**. 2. tiragem. Curitiba: Juruá, 2013.

VIEIRA, E. B. **Instituições geriátricas: Avanço ou retrocesso?**. Rio de Janeiro: Revinter, 2003.

VILAS BOAS, M. A. **Estatuto do Idoso Comentado**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

VITALE, M. A. F. Famílias monoparentais: indagações. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 71, especial, 2002.

ZAMBERLAM, C. de O. **Os novos paradigmas da família contemporânea**: uma perspectiva interdisciplinar. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p.11.